PIERRE BOURDIEU
JEAN-CLAUDE CHAMBOREDON
JEAN-CLAUDE PASSERON

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
BIBLIOTECA CENTRAL

A profissão de sociólogo

Preliminares epistemológicas

Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira

3ª Edição

AC: 142225
T. 15740

EDITORA VOZES

Petrópolis
2002

SEGUNDA PARTE

A construção do objeto

2. O FATO É CONSTRUÍDO: AS FORMAS DA DEMISSÃO EMPIRISTA

"O ponto de vista, afirma Saussure, cria o objeto". O mesmo é dizer que uma ciência não poderia ser definida por um campo do real que lhe pertencesse. Como observa Marx, "a totalidade concreta como totalidade pensada, concreto pensado, é, de fato, um produto do pensamento, do ato de conceber [...]. Tal como aparece na mente como um todo pensado, a totalidade é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo da única maneira possível; ora, essa maneira difere da apropriação do mundo pela arte, religião ou espírito prático. O sujeito real subsiste, tanto depois como antes, em sua autonomia fora da mente..."[1] [*K. Marx, texto nº 20*]. E é o mesmo princípio epistemológico, instrumento da ruptura com o realismo ingênuo, que é formulado por Max Weber: "Não são, afirma este autor, as relações reais entre as 'coisas' que constituem o princípio da delimitação dos diferentes campos científicos, mas as relações conceituais entre problemas. É apenas nos campos em que é aplicado um novo método a novos problemas e em que são descobertas, assim, novas perspectivas que surge também uma nova 'ciência'"[2] [*M. Weber, texto nº 21*].

Embora as ciências físicas sejam divididas, por vezes, em subunidades – como a selenografia ou a oceanografia – definidas pela justaposição de disciplinas diversas que se aplicam ao mesmo campo do real, isso ocorre somente com finalidade pragmática: de fato, a pesquisa científica organiza-se

---

1. K. Marx, *Introduction générale à la critique de l'économie politique* (trad. M. Rubel e L. Évrard), in *Oeuvres*, t. I, Gallimard, Paris, 1965, p. 255-256 [N.T.: Cf. K. Marx, *Para a crítica da economia política*, trad. de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi, 2ª ed., Abril Cultural, São Paulo, 1978, p. 117].

2. M. Weber, *Essais sur la théorie de la science*, *op. cit.*, p. 146.

em torno de objetos construídos que não têm nada em comum com as unidades separadas pela percepção ingênua. Poderíamos ver os elos que ainda ligam a sociologia erudita às categorias da sociologia espontânea no fato de que, muitas vezes, ela se submete às classificações por campos aparentes, sociologia da família ou sociologia do lazer, sociologia rural ou sociologia urbana, sociologia dos jovens ou sociologia da velhice. De forma geral, por considerar a divisão científica do trabalho como partilha real do real é que a epistemologia empirista concebe as relações entre ciências vizinhas – por exemplo, psicologia e sociologia – como conflitos de fronteira.

Temos o direito de ver no princípio durkheimiano segundo o qual "é necessário tratar os fatos sociais como coisas" (a ênfase deve ser colocada em "tratar como") o equivalente específico do golpe de estado teórico pelo qual Galileu constitui o objeto da física moderna como sistema de relações quantificáveis, ou da decisão de método pela qual Saussure cria a lingüística e seu objeto estabelecendo a distinção entre língua e palavra: é, com efeito, uma distinção semelhante que Durkheim formula quando, explicitando completamente a significação epistemológica da regra cardial de seu método, afirma que nenhuma das regras implícitas que se impõem aos sujeitos sociais "volta a se encontrar inteiramente nas aplicações levadas a efeito pelos particulares, já que podem até mesmo existir sem serem realmente aplicadas"[3]. O segundo prefácio de sua obra *As regras do método sociológico* diz, com suficiente clareza, que se trata de definir uma atitude mental, e não de atribuir ao objeto um estatuto ontológico [*É. Durkheim, texto nº 22*]. E se essa espécie de tautologia pela qual a ciência se constitui ao construir seu objeto contra o senso comum, em conformidade com os princípios de construção que a definem, não se impõe unicamente pela evidência, é porque nada se opõe mais às evidências do senso comum do que a distinção entre o objeto "real", pré-construído pela percepção, e o objeto da ciência, como sistema de relações construídas propositalmente[4].

---

3. É. Durkheim, *Les règles de la méthode sociologique*, 2ª ed. revisada e aumentada, F. Alcan, Paris, 1901; citado a partir da 15ª ed., P.U.F., Paris, 1953, p. 9 [N.T.: Cf. É. Durkheim, *As regras do método sociológico*, trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz, 11ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1984, p. 6].

4. É, sem dúvida, porque a situação do começo ou recomeço encontra-se entre as mais favoráveis à explicitação dos princípios de construção que caracterizam uma ciência que a argumentação polêmica desenvolvida pelos durkheimianos para imporem o princípio da "especificidade dos fatos sociais" conserva, ainda hoje, um valor que não é somente arqueológico.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
BIBLIOTECA CENTRAL

Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea[5] ou "problemas sociais" cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto maior na medida em que têm mais realidade social para a comunidade dos sociólogos[6]. Não é suficiente multiplicar os cruzamentos de critérios tirados da experiência comum (basta pensar em todos os temas de pesquisa do tipo "as diferentes formas de lazer dos adolescentes de um grande condomínio da periferia leste de Paris") para construir um objeto que, resultante de uma série de divisões reais, continua sendo um objeto comum e não tem acesso à dignidade de objeto científico pelo simples fato de que se presta à aplicação das técnicas científicas. Sem dúvida, Allen H. Barton e Paul F. Lazarsfeld têm motivos para observar que expressões, tais como "consumo conspícuo" ou *white-collar crime*, constroem objetos específicos, irredutíveis aos objetos comuns, chamando a atenção para fatos conhecidos que, pelo simples fato da aproximação, adquirem um novo sentido[7], mas a necessidade de construir designações específicas que, até mesmo formadas com as palavras do vocabulário comum, constroem novos objetos ao construírem novas relações entre os aspectos das coisas, não constitui mais do que um indício do primeiro grau da ruptura epistemológica com os objetos pré-construídos da sociologia espontânea. Com efeito, os conceitos mais capazes de desconcertar as noções comuns não detêm, em estado isolado, o poder de resistir sistematicamente à lógica sistemática da ideologia: ao rigor analítico e formal dos conceitos ditos "operatórios" opõe-se o rigor sintético e real dos conceitos que receberam a

---

5. Numerosos sociólogos principiantes agem como se bastasse adotar um objeto dotado de realidade social para deterem, ao mesmo tempo, um objeto dotado de realidade sociológica: sem falar das inumeráveis monografias de aldeia, poderíamos citar todos os temas de pesquisa que têm como única problemática a pura e simples *designação* de grupos sociais ou problemas percebidos pela consciência comum em determinado momento do tempo.

6. Não é um acaso se determinados campos da sociologia, como o estudo dos meios modernos de comunicação ou das diferentes formas de lazer, são os mais permeáveis às problemáticas e esquemas da sociologia espontânea: além de existirem como temas obrigatórios da conversação comum sobre a sociedade moderna, esses objetos devem sua carga ideológica ao fato de que é ainda com ele mesmo que o intelectual estabelece relação quando estuda a relação das classes populares com a cultura. A relação do intelectual com a cultura contém a verdadeira questão da relação do intelectual com a condição intelectual que nunca chega a ser formulada tão dramaticamente a não ser na questão de sua relação com as classes populares como classes desapossadas da cultura.

7. A.H. Barton e P.F. Lazarsfeld, "Some Functions of Qualitative Analysis in Social Research", *in* S.M. Lipset e N.J. Smelser (eds.), *Sociology: The Progress of a Decade*, Prentice Hall, Englewood Cliffs (N.J.), 1961, p. 95-122.

designação de "sistêmicos" porque sua utilização pressupõe a referência permanente ao sistema completo de suas inter-relações[8]. Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma *problemática teórica* que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada.

2.1. *"As abdicações do empirismo"*

Hoje em dia, juntamente com toda a reflexão tradicional sobre a ciência, reconhece-se com demasiada facilidade que toda observação ou experimentação implica sempre a formulação de hipóteses. A definição do procedimento científico como diálogo entre a hipótese e a experiência pode, entretanto, se degradar na imagem antropomórfica de uma troca pela qual dois parceiros assumiriam papéis perfeitamente simétricos e interpermutáveis; ora, não se pode esquecer, de modo algum, que o real nunca toma a iniciativa já que só dá resposta quando é questionado. Bachelard defendia, com outras palavras, que "o vetor epistemológico [...] vai do racional ao real e não, inversamente, da realidade ao geral, como era professado por todos os filósofos, desde Aristóteles até Bacon" [*G. Bachelard, texto nº 23*].

Se é necessário lembrar que "a teoria domina o trabalho experimental desde sua concepção até as últimas manipulações de laboratório"[9], ou ainda que "sem teoria, não é possível regular um único instrumento, interpretar

8. Os conceitos e proposições exclusivamente definidos pelo seu caráter "operatório" podem limitar-se a ser a formulação logicamente irrepreensível de prenoções e, por esse motivo, são para os conceitos sistemáticos e proposições teóricas o que o objeto pré-construído é para o objeto construído. Por colocarmos a ênfase exclusivamente no caráter operacional das definições, corremos o risco de considerar uma simples terminologia classificatória – é o caso de S.C. Dodd (*Dimensions of Society*, Nova York, 1942, ou "Operational Definitions Operationnally Defined", in *American Journal of Sociology*, XLVIII, 1942-1943, p. 482-489) – como uma verdadeira teoria, deixando para a pesquisa ulterior a questão da sistematicidade dos conceitos propostos e, até mesmo, de sua fecundidade teórica. Como observa C.G. Hempel, ao privilegiar as "definições operacionais" em detrimento das exigências teóricas, "a literatura metodológica dedicada às ciências sociais tende a sugerir que, para preparar seu futuro de disciplina científica, a sociologia só teria de constituir uma provisão tão ampla quanto possível de termos 'operacionalmente definidos' e 'com uma utilização constante e unívoca', como se a formação dos conceitos científicos pudesse estar separada da elaboração teórica. É a formulação de sistemas conceituais dotados de pertinência teórica que está em ação no progresso científico: semelhantes formulações exigem a invenção teórica que não poderia limitar-se ao imperativo empirista ou operacionalista da pertinência empírica" (C.G. Hempel, *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Research*, University of Chicago Press, Chicago, Londres, 1952, p. 47).

9. K.R. Popper, *The Logic of Scientific Discovery*, *op. cit.*, p. 107.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ BIBLIOTECA CENTRAL
BIBLIOTECA CENTRAL

uma única leitura"[10] é porque a representação da experiência como protocolo de uma constatação isenta de qualquer implicação teórica transparece em mil indícios, por exemplo, na convicção, ainda bastante comum, de que existem fatos que poderiam sobreviver tais quais à teoria para a qual e pela qual tinham sido feitos. No entanto, o destino infeliz da noção de totemismo (que o próprio Lévi-Strauss aproxima do destino da histeria) bastaria para destruir a crença na imortalidade científica dos fatos: uma vez abandonada a teoria que os reunia, os fatos de totemismo voltam ao estado de poeira de dados de onde tinham sido tirados, durante algum tempo, por uma teoria e de onde poderiam ser tirados por outra teoria com a condição de lhes conferir outro sentido[11].

Basta ter tentado uma vez submeter à análise secundária o material coletado em função de outra problemática, por mais neutra que esta possa ser na aparência, para saber que os *data* mais ricos nunca estariam em condições de responder completa e adequadamente a questões para as quais e pelas quais não foram construídos. Não se trata de contestar, por princípio, a validade da utilização de um material já usado, mas sim lembrar as condições epistemológicas desse trabalho de *retradução* que incide sempre sobre fatos construídos (bem ou mal) e não sobre dados. Semelhante trabalho de interpretação, cujo exemplo já era dado por Durkheim em sua obra *O suicídio*, poderia até mesmo constituir o melhor treino para a vigilância epistemológica na medida em que exige a explicitação metódica das problemáticas e princípios de construção do objeto que são investidos tanto no material, quanto no novo tratamento que lhe é aplicado. Os que estão à espera de milagres a partir da tríade mítica – *arquivos, data e computers* – ignoram o que separa esses objetos construídos que são os fatos científicos (coletados por questionário ou inventário etnográfico) dos objetos reais que são conservados nos museus e que, pela sua "excessiva concretude", oferecem à interrogação ulterior a possibilidade de construções indefinidamente renovadas. Por esquecermos essas preliminares epistemológicas, ficamos expostos a tratar diferentemente o idêntico e de uma forma idêntica o diferente, comparar o incomparável e deixar de comparar o comparável, pelo *fato* de que, em sociologia, os "dados", até mesmo os mais objetivos, são obtidos pela aplicação de grades (faixas etárias, de remuneração, etc.) que implicam pressupostos teóricos e, por esse motivo, deixam escapar uma

10. P. Duhem, *La théorie physique*, *op. cit.*, p. 277.

11. C. Lévi-Strauss, *Le totémisme aujourd'hui*, P.U.F., Paris, 1962, p. 7.

informação que poderia ter sido apreendida por outra construção dos fatos[12]. O positivismo que trata os fatos como dados está condenado a proceder a reinterpretações inconseqüentes porque se ignoram como tais, ou a simples confirmações obtidas em condições técnicas semelhantes: em todos os casos, considera a reflexão metodológica sobre as condições da reiteração como um substituto da mesma reflexão sobre a reinterpretação secundária.

Somente uma imagem mutilada do procedimento experimental pode transformar a "submissão aos fatos" no imperativo único. Especialista de uma ciência contestada, o sociólogo é particularmente tentado a procurar segurança no caráter científico de sua disciplina ao sobrevalorizar as exigências que ele atribui às ciências da natureza. Reinterpretado segundo uma lógica que é simplesmente a do empréstimo cultural, o imperativo científico da submissão ao fato leva à demissão pura e simples perante o dado. A esses profissionais do campo das ciências do homem que professam uma fé antiquada no que Nietzsche chamava "o dogma da imaculada percepção" é necessário lembrar a afirmação de Alexandre Koyré: "No surgimento da ciência clássica, a experiência – no sentido da experiência rudimentar – limitou-se a desempenhar o papel de obstáculo"[13].

Com efeito, é como se o empirismo radical propusesse como ideal que o sociólogo se anulasse como tal. A sociologia seria menos vulnerável às tentações do empirismo se fosse suficiente lembrar-lhe, com Poincaré, que "os fatos não fallam". A maldição das ciências humanas, talvez, seja o fato de abordarem *um objeto que fala*. Com efeito, quando o sociólogo pretende tirar dos fatos a problemática e os conceitos teóricos que lhe permitam construir e analisar tais fatos, corre sempre o risco de se limitar ao que é afirmado por seus informadores. Não basta que o sociólogo esteja à escuta dos sujeitos, faça a gravação fiel das informações e razões fornecidas por estes, para justificar a conduta deles e, até mesmo, as razões que propõem: ao proceder dessa forma, corre o risco de substituir pura e simplesmente suas próprias prenoções pelas prenoções dos que ele estuda, ou por um misto falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do "cientista" e da sociologia espontânea de seu objeto.

---

12. Cf. P. Bourdieu e J.-C. Passeron, "La comparabilité des systèmes d'éducation", in R. Castel e J.-C. Passeron (eds.), *Éducation, démocratie et développement*, Cahiers du Centre de sociologie européenne, nº 4, Mouton, Paris, Haia, 1967, p. 20-58.

13. A. Koyré, *Études galiléennes, I. A l'aube de la science classique*, Hermann, Paris, 1940, p. 7. E acrescenta: "As 'experiências' que Galileu reivindica ou reivindicará mais tarde, até mesmo as que ele realmente executa, não passam, nem nunca passarão de experiências de pensamento" (*ibid.*, p. 72).

BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

A obrigação de retermos simplesmente, para questionar o real ou os métodos de interrogação do real, determinados elementos criados, na realidade, por uma interrogação que se ignora e se nega como interrogação, é, sem dúvida, a melhor forma de correrm os o risco – ao negar que a constatação pressupõe a construção – de constatar um nada que, contra nossa vontade, acabamos construindo. Poderíamos dar uma centena de exemplos de casos em que, julgando restringir-se à neutralidade ao limitar-se a tirar do discurso dos sujeitos os elementos de seu questionário, o sociólogo propõe ao julgamento dos sujeitos determinados julgamentos formulados por outros sujeitos e corre o risco de situar seus sujeitos em relação a julgamentos que nem ele próprio sabe situar, ou considerar julgamentos superficiais, suscitados pela necessidade de responder a questões desnecessárias, como expressão de uma atitude profunda. Ainda há mais: o sociólogo que recusa a construção controlada e consciente de seu distanciamento ao real e de sua ação sobre o real pode não só impor aos sujeitos determinadas questões que não fazem parte da experiência deles e deixar de formular as questões suscitadas por tal experiência, mas ainda formular-lhes, com toda a ingenuidade, as questões que ele próprio se formula a respeito deles, por uma confusão positivista entre as questões que se colocam objetivamente aos sujeitos e as questões que eles se formulam de forma consciente. Portanto, o sociólogo terá de fazer uma difícil escolha quando, desencaminhado por uma falsa filosofia da objetividade, vier a tentar anular-se como sociólogo.

Não é surpreendente que o hiperempirismo, que abdica do direito e dever da construção teórica, em benefício da sociologia espontânea, encontre de novo a filosofia espontânea da ação humana como expressão transparente a si mesma de uma deliberação consciente e voluntária: inúmeras pesquisas de motivação (sobretudo retrospectivas) pressupõem que os sujeitos possam deter, durante um momento, a verdade objetiva de seu comportamento (e conservem dela, de forma contínua, uma memória adequada), como se a representação que os sujeitos têm de suas decisões ou ações não ficasse devendo nada às racionalizações retrospectivas[14]. Sem dúvida, pode-se e deve-se coletar os mais irreais discursos, mas com a condição de ver neles,

14. O sucesso prático e teórico da noção de opinião deve-se, sem dúvida, ao seguinte: ela acumula todas as ilusões da filosofia atomística do pensamento e da filosofia espontânea das relações entre o pensamento e a ação, a começar pela ilusão do papel privilegiado da expressão verbal como indicador das disposições ao ato. Nada de surpreendente se os sociólogos que têm uma confiança cega nas sondagens estejam expostos, continuamente, a confundir as declarações de ação – ou pior – as declarações de intenção com as probabilidades de ação.

não a explicação do comportamento, mas um aspecto do comportamento a ser explicado. Sempre que acredita eludir a tarefa de construir os fatos em função de uma problemática teórica, o sociólogo submete-se a uma construção que se ignora e que ele ignora como tal, coletando no máximo discursos fictícios forjados pelos sujeitos para enfrentarem a situação de pesquisa e responderem a questões artificiais, ou ainda, ao artifício por excelência da ausência de questões. Portanto, ao renunciar ao seu privilégio epistemológico, o sociólogo estará sancionando uma sociologia espontânea.

2.2. *Hipóteses ou pressupostos*

Seria muito fácil mostrar que toda prática científica, até mesmo e sobretudo quando, obcecadamente, reivindica o empirismo mais cego, implica pressupostos teóricos; além disso, o sociólogo só poderá escolher entre interrogações inconscientes, portanto, incontroladas e incoerentes, e um elenco de hipóteses metodicamente construídas para serem submetidas a prova experimental. Ao recusar a formulação explícita de um elenco de hipóteses baseado em uma teoria, ele fica condenado a aplicar pressupostos que não são diferentes das prenoções da sociologia espontânea e da ideologia, isto é, as questões e conceitos que temos como sujeitos sociais quando não desejamos tê-los como sociólogos. Assim, Elihu Katz mostra como os autores da enquête, publicada com o título *The People's Choice*, não conseguiram encontrar na pesquisa baseada em uma prenoção – a "massa" como público atomizado de receptores – os meios de apreender empiricamente o fenômeno mais importante em matéria de difusão cultural, ou seja, o "fluxo em dois tempos" *(two-step flow)* que só poderia ser estabelecido mediante uma ruptura com a representação do público como massa desprovida de qualquer estrutura[15] [*E. Katz, texto nº 24*].

---

15. E. Katz, "The Two-Step Flow of Communication: An Up-to-Date Report on an Hypothesis", in *Public Opinion Quarterly*, vol. 21, Spring 1957, p. 61-78: "Entre todas as idéias apresentadas em *The People's Choice*, a hipótese do fluxo em dois tempos é, provavelmente, a menos fundamentada em dados empíricos. A razão disso é clara: o projeto de pesquisa não previa a importância que as relações interpessoais revestiriam na análise dos dados. Considerando a imagem de um público atomizado que inspirava tantas pesquisas sobre os *mass media*, o mais surpreendente é que as redes de influência interpessoais não tenham chamado, nem um pouco, a atenção dos pesquisadores". Para medir com qual força uma técnica pode excluir um aspecto do fenômeno, basta saber que, com outras problemáticas e outras técnicas, os sociólogos rurais e os etnólogos tinham apreendido, há muito tempo, a lógica do *two-step flow*. São abundantes os exemplos de tais descobertas que é necessário redescobrir: assim, A.H. Barton e P.F. Lazarsfeld lembram que o problema dos "grupos informais", já conhecido há muito tempo por outros sociólogos, só apareceu muito tarde e como uma "surpreendente descoberta" para os pesquisadores da Western Electric (cf. "Some Functions of Qualitative Analysis in Social Research", *loc. cit.*).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
BIBLIOTECA CENTRAL

Mesmo que conseguisse escapar aos pressupostos da sociologia espontânea, a prática sociológica nunca chegaria a realizar o ideal empirista da gravação sem pressupostos, nem que fosse pelo fato de utilizar instrumentos e técnicas de gravação. "Estabelecer um dispositivo tendo em vista uma medição é formular uma questão à natureza", dizia Max Planck. A medida e os instrumentos de medição, e, de forma geral, todas as operações da prática sociológica, desde a elaboração dos questionários e a codificação até a análise estatística, constituem outras tantas teorias em ato, enquanto procedimentos de construção, conscientes ou inconscientes, dos fatos e das relações entre os mesmos. Quanto menos consciente for a teoria implícita em determinada prática – teoria do conhecimento do objeto e teoria do objeto – maiores serão as possibilidades de que ela seja mal controlada, portanto, mal ajustada ao objeto em sua especificidade. Ao designar por metodologia, como acontece freqüentemente, o que não passa do decálogo dos preceitos tecnológicos, escamoteia-se a questão metodológica propriamente dita, ou seja, a da escolha entre as técnicas (métricas ou não) por referência à significação epistemológica do tratamento a que será submetido, pelas técnicas escolhidas, o objeto e a significação teórica das questões que se pretende formular ao objeto ao qual são aplicadas.

Por exemplo, uma técnica aparentemente tão irrepreensível e inevitável quanto a da amostragem ao acaso pode eliminar completamente o objeto da pesquisa, sempre que tal objeto fique devendo alguma coisa à estrutura dos grupos, cuja supressão, justamente, é a razão de ser da amostragem ao acaso. Assim, Elihu Katz observa que, "para estudar esses canais do fluxo de influência que são os contatos entre indivíduos, o projeto de pesquisa revelou-se inoperante pelo fato de ter recorrido a uma amostra ao acaso de indivíduos abstraídos de seu meio ambiente social [...]. Na medida em que cada indivíduo de uma amostra ao acaso só pode falar por si próprio, os *leaders* de opinião, na pesquisa eleitoral de 1940, só podiam ser identificados pela crença em sua declaração". Além disso, o autor observa que essa técnica "não permite comparar os *leaders* aos respectivos seguidores, mas somente os *leaders* e os *não-leaders* em geral"[16]. Vê-se aí como a técnica, na aparência, mais neutra aplica uma teoria implícita do social, ou seja, a de um público concebido como "massa atomizada", isto é, no caso, a teoria consciente ou inconscientemente aplicada na pesquisa que, por uma espécie de harmonia

16. E. Katz, *loc. cit.*, p. 64.

preestabelecida, estava equipada com essa técnica[17]. Outra teoria do objeto e, ao mesmo tempo, outra definição dos objetivos da pesquisa teriam exigido a utilização de outra técnica de amostragem, por exemplo, a sondagem por segmentos: ao constituir o conjunto dos membros a partir de unidades sociais formadas, por sua vez, ao acaso (estabelecimento industrial, família, aldeia), encontra-se o meio de estudar a rede completa de relações de comunicação que podem se estabelecer no interior desses grupos, ficando claro que o método, bem adequado no caso particular, obtém tanto menos eficácia quanto o segmento é mais homogêneo e quanto o fenômeno cujas variações se pretende estudar está mais dependente do critério segundo o qual o segmento é definido. Portanto, é necessário submeter à interrogação epistemológica todas as operações estatísticas: "Não se deve pedir, nem levar a dizer à melhor estatística (como, de resto, à menos correta) a não ser o que ela diz e da maneira e sob as condições em que ela o diz"[18]. Para obedecer verdadeiramente ao imperativo formulado por Simiand e para não levar a estatística a dizer uma coisa diferente do que ela diz, é necessário nos perguntar, em cada caso, o que ela diz e pode dizer, dentro de quais limites e sob quais condições [*F. Simiand, texto nº 25*].

2.3. *A falsa neutralidade das técnicas: objeto construído ou artefato*

O imperativo da "neutralidade ética" que Max Weber opunha à ingenuidade moralizante da filosofia social tende a se transformar, hoje, em um mandamento rotinizado do catecismo sociológico. Se dermos crédito às representações mais triviais do preceito weberiano, bastaria estarmos prevenidos contra a parcialidade afetiva e as solicitações ideológicas para ficarmos livres de qualquer interrogação epistemológica sobre a significação dos conceitos e a pertinência das técnicas. A ilusão de que as operações "axiologicamente neutras" são também "epistemologicamente neutras" limita a crítica de um trabalho sociológico, o próprio ou o dos outros, ao exame,

---

17. Da mesma forma, C. Kerr e L.H. Fisher mostram que, nas pesquisas da escola de E. Mayo, a técnica e os pressupostos apresentam afinidades: a observação cotidiana dos contatos face a face e das relações interpessoais no interior da empresa implica a convicção difusa de que "o pequeno grupo de trabalho é a célula essencial na organização da empresa e que esse grupo e seus membros obedecem essencialmente a determinações afetivas" [...]. "O sistema de Mayo resulta automaticamente de duas escolhas essenciais. Uma vez realizadas tais escolhas, tudo estava dado: métodos, campo de interesse, prescrições práticas, problemas adotados para a pesquisa" [e, em particular] "indiferença aos problemas de classe, ideologia, poder" ("Plan Sociology: The Elite and the Aborigines", *in* M. Komarovsky [ed.], *Common Frontiers of the Social Sciences*, The Free Press, Glencoe, Ill., 1957, p. 281-309).

18. F. Simiand, *Statistique et expérience, remarques de méthode*, M. Rivière, Paris, 1922, p. 24.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
BIBLIOTECA CENTRAL

sempre fácil e muitas vezes estéril, de seus pressupostos ideológicos e de seus valores últimos. O debate sem fim sobre a "neutralidade axiológica" serve, quase sempre, de substituto à discussão propriamente epistemológica sobre a "neutralidade metodológica" das técnicas e, por esse motivo, fornece uma nova caução à ilusão positivista. Por um efeito de *deslocamento*, o interesse pelos pressupostos éticos e pelos valores ou fins últimos evita o exame crítico da teoria do conhecimento sociológico que está implicada nos atos mais elementares da prática.

Por exemplo, não será por que se apresenta como a realização paradigmática da neutralidade na observação que, entre todas as técnicas de coleta de dados, a entrevista não-diretiva é tão freqüentemente exaltada, em detrimento, por exemplo, da observação etnográfica que, ao estar equipada com as regras impositivas de sua tradição, realiza mais completamente o ideal do inventário sistemático, operado em uma situação real? Temos o direito de suspeitar da preferência que goza tal técnica, quando observamos que os "teóricos", metodólogos e utilizadores do instrumento que, no entanto, são pouco avaros de conselhos e instruções, nunca tentaram se interrogar metodicamente sobre as distorções específicas operadas por uma relação social tão profundamente artificial: quando não são controladas as pressuposições implícitas e, nesse caso, os sujeitos sociais estão igualmente predispostos a falar livremente de todas as coisas e, antes de tudo, de si próprios, e também aptos a adotar uma relação, ao mesmo tempo, constrangedora e intemperante com a linguagem, a entrevista não-diretiva que rompe a reciprocidade das trocas costumeiras (aliás, exigível de forma desigual, segundo os meios e as situações) incita os sujeitos a produzir um *artefato* verbal, aliás, desigualmente artificial, segundo a distância entre a relação com a linguagem favorecida por sua classe social e a relação artificial com a linguagem que é exigida deles. Para esquecer de colocar em questão a neutralidade das técnicas mais neutras do ponto de vista formal, é necessário deixar de perceber, entre outras coisas, que as técnicas de pesquisa são outras tantas técnicas de sociabilidade, qualificadas do ponto de vista social [*L. Schatzman e A. Strauss, texto nº 26*]. A observação etnográfica, que é para a experimentação social o que a observação dos animais em meio natural é para a experimentação em laboratório, faz sentir o caráter fictício e forçado da maior parte das situações sociais criadas por um exercício rotineiro da sociologia que é levado tanto mais a ignorar a "reação no laboratório", quanto está limitado ao conhecimento do laboratório e dos instrumentos de laboratório, testes ou questionários.

Da mesma forma que não existe gravação perfeitamente neutra, assim também não há perguntas neutras. O sociólogo que não submete suas

próprias interrogações à interrogação sociológica não estaria em condições de fazer uma análise sociológica verdadeiramente neutra das respostas que elas suscitam. Por exemplo, uma pergunta tão unívoca na aparência como esta: "Você trabalhou hoje?" A análise estatística mostra que ela suscita respostas diferentes por parte dos camponeses da Cabília ou dos camponeses do sul da Argélia; ora, se estes se referissem a uma definição "objetiva" do trabalho – isto é, à definição que a economia moderna tende a inculcar aos agentes econômicos – deveriam fornecer respostas semelhantes. É com a condição de que ele se interrogue sobre o sentido de sua própria pergunta, em vez de tirar a conclusão precipitada de que as respostas são absurdas ou dadas de má fé, que o sociólogo terá algumas possibilidades de descobrir que a definição do trabalho que está implícita em sua pergunta não corresponde à definição que as duas categorias de sujeitos implicam em suas respostas[19]. Vê-se como uma pergunta que não é transparente para quem a formula pode obnubilar o objeto que, inevitavelmente, ela constrói, embora não tenha sido feita propositalmente para construí-lo [*J.H. Goldthorpe e D. Lockwood, texto nº 27*]. Considerando que é possível perguntar seja lá o que for a quem quer que seja e que todo sujeito tem quase sempre suficiente boa vontade para responder, no mínimo, qualquer coisa a qualquer pergunta, mesmo que esta seja irreal, o questionador que, por falta de uma teoria do questionário, não se interroga sobre a significação específica de suas perguntas, corre o risco de encontrar facilmente uma garantia do realismo de suas perguntas na realidade das respostas recebidas[20]: interrogar, como faz Daniel Lerner, subproletários de países subdesenvolvidos sobre sua aptidão a se projetarem nos heróis preferidos de cinema, quando não é sobre sua relação com a leitura de jornais, é correr o risco bem evidente de coletar um *flatus vocis* que terá como única significação a que lhe for conferida pelo sociólogo ao tratá-lo como um discurso significante[21]. Sempre que o sociólogo for inconsciente em

---

19. P. Bourdieu, *Travail et travailleurs en Algérie*, 2ª parte, Mouton, Paris, Haia, 1962, p. 303-304.

20. Se a análise secundária dos documentos fornecidos pela mais ingênua pesquisa continua sendo quase sempre possível e legítima, é porque é raro que os sujeitos interrogados limitem-se a responder qualquer coisa e não revelem nada em suas respostas do que são: sabe-se, por exemplo, que as não-respostas e as recusas em responder podem ser interpretadas. Todavia, a recuperação do sentido que, apesar de tudo, eles fornecem pressupõe um trabalho de retificação, nem que fosse para saber a qual pergunta – não é necessariamente a que lhes foi formulada – corresponde verdadeiramente sua resposta.

21. D. Lerner, *The Passing of Traditional Society*, The Free Press of Glencoe, Nova York, 1958. Sem entrar em uma crítica sistemática dos pressupostos ideológicos implicados em um questionário que, em 117 perguntas, reserva somente duas sobre o trabalho e o estatuto socioeconômico (contra 87 sobre os

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
BIBLIOTECA CENTRAL

relação à problemática implicada em suas perguntas, privar-se-á de compreender a problemática que os sujeitos implicam em suas respostas: nesse caso, estão preenchidas as condições para que passe desapercebido o equívoco que leva a descrever, em termos de ausência, determinadas realidades dissimuladas pelo próprio instrumento da observação e pela intenção, socialmente condicionada, do utilizador do instrumento.

Por mais fechado que seja, o questionário não garante necessariamente a univocidade das respostas pelo simples fato de submeter todos os sujeitos a perguntas formalmente idênticas. Pressupor que uma pergunta tem o mesmo sentido para sujeitos sociais separados pelas diferenças de cultura, associadas à origem de classe, é ignorar que as diferentes linguagens não diferem apenas pela amplitude de seu léxico ou grau de abstração, mas também pelas temáticas e problemáticas que veiculam. A crítica feita por Maxime Chastaing ao "sofisma do psicólogo" aplica-se sempre que for ignorada a questão da significação diferencial que as perguntas e as respostas revestem realmente segundo a condição e a posição social das pessoas interrogadas: "O estudante que confunde sua perspectiva com a das crianças estudadas acaba coletando a própria perspectiva no estudo em que julga estar coletando a das crianças [...]. Quando pergunta: "Será a mesma coisa trabalhar e brincar? Qual a diferença que existe entre o trabalho e o jogo?", acaba impondo, pelos substantivos propostos pela sua pergunta, a diferença estabelecida pelos adultos que parece estar sendo colocada em questão por ele [...]. Quando o entrevistador classifica as respostas – não segundo os termos que as constituem, mas segundo o sentido que lhes daria se ele próprio as tivesse proferido – nas três categorias do Jogo-facilidade, Jogo-inutilidade e Jogo-liberdade, ele força os pensamentos infantis a se situarem em seus compartimentos filosóficos"[22]. Para escapar desse etnocentrismo lingüístico, não basta, como já vimos, submeter as afirmações coletadas pela entrevista não-diretiva à análise de conteúdo, correndo o risco de nos deixarmos influenciar pelas noções e categorias da língua utilizada pelos sujeitos: só é possível nos libertarmos das pré-construções da linguagem, quer se

---

mass media, cinema, jornal, rádio, televisão), podemos observar que uma teoria que leva em consideração as condições objetivas de existência do subproletário e, em particular, a instabilidade generalizada que as define, pode explicar a aptidão do subproletário para se imaginar como merceeiro ou jornalista, e até mesmo da modalidade particular dessas "projeções", quando afinal a "teoria da modernização" proposta por Lerner é impotente para justificar a relação que o subproletário mantém com o trabalho ou o futuro. Apesar de brutal e grosseiro, esse critério permite, segundo parece, estabelecer a distinção entre um instrumento ideológico, condenado a produzir um simples *artefato*, e um instrumento científico.

22. M. Chastaing, "Jouer n'est pas jouer", *loc. cit.*

trate da linguagem do cientista ou da linguagem de seu objeto, ao instaurarmos a dialética que leva às construções adequadas pelo confronto metódico de dois sistemas de pré-construções[23] [*C. Lévi-Strauss, M. Mauss, B. Malinovski, textos nos 28, 29 e 30*].

Ainda não foram tiradas todas as conseqüências metodológicas do fato de que as técnicas mais clássicas da sociologia empírica estão condenadas, por sua própria natureza, a criar situações de experimentação fictícia, essencialmente, diferentes das experimentações sociais produzidas, continuamente, pelo desenrolar da vida social. Quanto mais as condutas e atitudes estudadas dependerem da conjuntura, tanto mais a pesquisa corre o risco de se limitar a apreender, na conjuntura particular permitida pela situação de enquête, atitudes e opiniões que não têm valor além dos limites de tal situação. Assim, as pesquisas sobre as relações entre as classes e, mais precisamente, sobre o aspecto político de tais relações, estão condenadas quase inevitavelmente a chegar à conclusão do enfraquecimento dos conflitos de classe porque as exigências técnicas às quais elas devem se submeter levam-nas a excluir as situações de crise e, por conseguinte, tornam difícil apreender ou prever as condutas que surgiriam de uma situação de conflito. Como observa Marcel Maget, é necessário "referirmo-nos à história para descobrir as constantes (se é que elas existem) de reações a novas situações. A novidade histórica exerce a função de 'reativo' para revelar as virtualidades latentes. Daí, a utilidade de acompanhar o grupo estudado ao encontrar-se perante novas situações; de fato, a evocação dessas situações não passa de um mal menor porque não é possível multiplicar indefinidamente as perguntas"[24].

Contra a definição restritiva das técnicas de coleta dos dados que leva a conferir ao questionário um privilégio indiscutível e a considerar simplesmente como substitutos aproximativos da técnica régia determinados métodos que, no entanto, são tão codificados e tão experimentados quanto os da pesquisa etnográfica (com suas técnicas específicas, descrição morfológica, tecnologia, cartografia, lexicologia, biografia, genealogia, etc.), é necessário restituir à observação metódica e sistemática seu primado epistemológico[25].

---

23. Assim, a entrevista não-diretiva e a análise de conteúdo não poderiam ser utilizadas como uma espécie de padrão absoluto, mas devem fornecer um meio de controlar, continuamente, tanto o sentido das perguntas formuladas, quanto as categorias segundo as quais as respostas são analisadas e interpretadas.

24. M. Maget, *Guide d'étude directe des comportements culturels*, C.N.R.S., Paris, 1950, p. XXXI.

25. Encontrar-se-á uma apresentação sistemática de tal metodologia na obra de Marcel Maget, citada na nota de rodapé anterior.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
BIBLIOTECA CENTR

Em vez de constituir a forma mais neutra e mais controlada do estabelecimento dos dados, o questionário pressupõe todo um conjunto de exclusões, nem todas escolhidas, e que são tanto mais perniciosas enquanto permanecerem inconscientes: para saber estabelecer um questionário e saber o que fazer com os fatos que ele produz, é necessário saber o que faz o questionário, isto é, entre outras coisas, o que não pode fazer. Sem falar das perguntas que as normas sociais que regulam a situação de pesquisa proíbem que sejam formuladas, nem daquelas que o sociólogo deixa de formular ao aceitar uma definição social da sociologia que não passa do decalque da imagem pública da sociologia como referendo, as perguntas mais objetivas – ou seja, as que incidem sobre as condutas – limitam-se a coletar o resultado da observação efetuada pelo sujeito sobre suas próprias condutas. Assim, a interpretação só é válida se se inspirar na intenção expressa de discernir metodicamente entre as ações e as declarações de intenção, assim como as declarações de ação que podem manter relações com a ação que vão do exagero valorizante ou da omissão por preocupação com o segredo até às deformações, reinterpretações e, inclusive, aos "esquecimentos seletivos"; semelhante intenção pressupõe que o pesquisador encontre o meio de operar cientificamente tal distinção pelo próprio questionário, ou por uma utilização particular dessa técnica (basta pensar nas pesquisas sobre os orçamentos ou orçamentos-tempo como quase-observação), ou ainda pela observação direta. Nesse caso, é levado a inverter a relação que alguns metodólogos estabelecem entre o questionário, simples inventário de afirmações, e a observação do tipo etnográfico como inventário sistemático de atos e objetos culturais[26]: o questionário não passa de um dos instrumentos da observação, cujas vantagens metodológicas – por exemplo, a aptidão para coletar dados homogêneos igualmente suscetíveis de um tratamento estatístico – não devem dissimular os limites epistemológicos; assim, além de não ser a técnica mais econômica para apreender as condutas normalizadas – cujos processos "regulados" com todo o rigor são altamente previsíveis e, por conseguinte, podem ser apreendidas graças à observação ou à interrogação experiente de alguns informadores – ainda corre o risco, nas utilizações mais ritualizadas, de ignorar esse

26. Ao colocar todas as técnicas etnográficas na categoria desvalorizada da *qualitative analysis*, os que privilegiam absolutamente a "quantitative analysis" ficam condenados a ver aí simplesmente um expediente por uma espécie de etnocentrismo metodológico que leva a referi-las à estatística como se fosse sua verdade, por não verem aí mais do que uma "quase-estatística" na qual poderiam ser encontradas "quase-distribuições", "quase-correlações" e "quase-dados empíricos": "A reunião e análise dos quase-dados estatísticos podem, sem dúvida, ser praticadas de forma mais sistemática do que o foram anteriormente, pelo menos, se é adotada a estrutura lógica da análise quantitativa para ser conservada presente na mente e tirar daí advertências gerais e diretivas" (A.H. Barton e P.F. Lazarsfeld, "Some Functions of Qualitative Analysis in Social Research", in *loc. cit.*).

aspecto das condutas e, até mesmo, por um efeito de *deslocamento*, desvalorizar o próprio projeto de apreendê-las[27].

Ocorre que os metodólogos recomendam o recurso às técnicas clássicas da etnologia; no entanto, ao transformarem a medição na medida de todas as coisas e as técnicas de medição na medida de toda a técnica, só conseguem ver nisso os apoios subalternos ou expedientes para "encontrar idéias" nas primeiras fases de uma pesquisa[28] e, por conseguinte, excluem a questão propriamente epistemológica das relações entre os métodos da etnologia e os da sociologia. A ignorância recíproca é tão prejudicial para o progresso das duas disciplinas, quanto o entusiasmo desmedido capaz de suscitar a troca incontrolada de aspectos peculiares a cada uma delas; aliás, as duas atitudes não são exclusivas. A restauração da unidade da antropologia social (entendida no sentido pleno do termo e não como sinônimo de etnologia) pressupõe uma reflexão epistemológica que tenderia a determinar o que as duas metodologias ficam devendo, em cada caso, às tradições de cada uma das disciplinas e às características de fato das sociedades que elas tomam como objeto. Se não há dúvida de que a importação sem controle de métodos e conceitos que foram elaborados no estudo de sociedades sem escrita, nem tradições históricas, pouco diferenciadas socialmente e pouco expostas aos contatos com outras sociedades corre o risco de levar a algo de absurdo (basta pensar, por exemplo, em determinadas análises "culturalistas" de sociedades estratificadas), é por demais evidente que é necessário evitar considerar certas limitações condicionais como limites de validade inerentes aos métodos da etnologia: nada impede de aplicar os métodos da etnologia às sociedades modernas, com a condição de submeter, em cada caso, à reflexão epistemológica os pressupostos implícitos de tais métodos relativos à estrutura da sociedade e à lógica de suas transformações[29].

Até mesmo as operações mais elementares e, na aparência, as mais automáticas do tratamento da informação implicam escolhas epistemológicas e mesmo uma teoria do objeto. É por demais evidente, por exemplo, que

---

27. Inversamente, o interesse privilegiado que os etnólogos dedicam aos aspectos mais regulamentados da conduta vai, muitas vezes, de par com a indiferença na utilização da estatística, a única capaz de medir a distância entre as normas e as condutas reais.

28. Cf., por exemplo, A.H. Barton e P.F. Lazarsfeld, "Some Functions of Qualitative Analysis in Social Research", in *loc. cit.* Quanto a C. Selliz, M. Deutsch e S.W. Cook, tentam definir as condições em que poderia ser realizada uma transposição frutuosa de técnicas de inspiração etnológica (*Research Methods in Social Relations*, Rev. I vol. ed., Methuen, 1959, p. 59-65).

29. Tal substantificação do método etnológico é operada por R. Bierstedt no artigo "The Limitation of Anthropological Method in Sociology", in *American Journal of Sociology*, LIV, 1948-1949, p. 23-30.

é uma verdadeira teoria, consciente ou inconsciente, da estratificação social que está em jogo na codificação dos indicadores da posição social ou na divisão das categorias (basta pensar, por exemplo, nos diferentes índices que podem ser escolhidos para definir os graus de "cristalização do estatuto"). Os que, por omissão ou imprudência, evitam tirar todas as conseqüências de tal evidência correm o risco, muitas vezes, de serem atingidos pela crítica dirigida contra as descrições escolares que tendem a sugerir que o método experimental tem como função descobrir relações entre "dados" ou propriedades preestabelecidas desses "dados". "Não há nada mais enganador, dizia Dewey, do que a simplicidade aparente do procedimento científico tal como é descrito pelos tratados de lógica"; com efeito, essa simplicidade especiosa atinge seu ápice quando são utilizadas as letras do alfabeto para representar a articulação do objeto: indicando, em um caso, ABCD, em outro BCFG e em um terceiro CDEH e assim por diante, chegamos à conclusão de que é evidentemente C que determina o fenômeno. No entanto, a utilização de tal simbolismo é "um meio eficaz de obnubilar o fato de que os materiais em questão já foram padronizados e, por conseguinte, dissimular que toda a tarefa da pesquisa indutivo-dedutiva se apóia, na realidade, nas operações, graças às quais os materiais são homogeneizados"[30]. Se os metodólogos estão mais atentos às regras que devem reger a manipulação de categorias já constituídas do que às operações que permitem constituí-las é porque o problema da construção do objeto nunca pode ser resolvido de antemão e uma vez por todas, quer se trate de dividir uma população em categorias sociais, faixas etárias ou de remuneração. Pelo fato de que toda taxinomia implica uma teoria, opera-se necessariamente uma divisão inconsciente de suas escolhas em função de uma teoria inconsciente, isto é, quase sempre de uma ideologia. Por exemplo, considerando que a remuneração varia de uma forma contínua, a divisão de uma população em faixas de remuneração implica necessariamente uma teoria da estratificação: "não é possível traçar uma linha para estabelecer a separação, de forma absoluta, entre ricos e pobres, os detentores de capitais fundiários ou imobiliários e os trabalhadores. Vários autores pretendem deduzir desse fato a conseqüência que, em nossa sociedade, não seria possível falar de uma classe capitalista, nem opor os burgueses aos trabalhadores"[31]. O mesmo é dizer, acrescenta Pareto, que

30. J. Dewey, *Logic: The Theory of Inquiry*, Holt, Nova York, 1938, p. 431, n. 1.

31. V. Pareto, *Cours d'Économie politique*, t. II, Droz, Genebra, p. 385. As técnicas mais abstratas de divisão do material têm justamente, como efeito, anular unidades concretas como a geração, a biografia e a carreira.

não existem velhos porque não se sabe em que idade, em que momento da vida, começa a velhice.

Enfim, seria necessário nos perguntarmos se o método de análise dos dados que parece o mais adequado a ser aplicado a todos os tipos de relações quantificáveis, a saber, a análise multivariada, não deve ser sempre submetido à interrogação epistemológica: com efeito, ao postular que é possível isolar, alternadamente, a ação das diferentes variáveis do sistema completo das relações no interior do qual elas atuam, a fim de apreender a eficácia própria de cada uma delas, essa técnica priva-se de apreender a eficácia que um fator pode obter de sua inserção em uma estrutura e, até mesmo, a eficácia propriamente estrutural do sistema dos fatores. Além disso, ao adotarmos um sistema definido pelo equilíbrio pontual como um corte sincrônico, corremos o risco de deixar escapar o que o sistema fica devendo ao seu passado e, por exemplo, o sentido diferente que dois elementos semelhantes na ordem das simultaneidades podem conseguir pelo fato de serem originários de sistemas diferentes na ordem da sucessão, isto é, por exemplo, trajetórias biográficas diferentes[32]. De forma geral, a utilização experiente de todas as formas de cálculo que permitem a análise de um conjunto de relações pressuporia um conhecimento e consciência perfeitamente claros da teoria do fato social implicada nos procedimentos, graças aos quais cada uma delas seleciona e constrói o tipo de relações entre variáveis que define seu objeto.

Quanto mais facilmente as regras técnicas da utilização das técnicas se prestam à codificação, tanto mais difícil será definir e, mais ainda, encarnar na prática os princípios capazes de determinar a utilização de cada técnica que levasse em consideração, de forma consciente, os pressupostos lógicos ou sociológicos de suas operações. Quanto aos princípios dos princípios, os que regem a utilização correta do método experimental em sociologia e, por esse motivo, constituem o fundamento da teoria do conhecimento sociológico, são tão opostos à epistemologia espontânea que podem ser constantemente transgredidos, inclusive, em nome dos preceitos ou fórmulas dos quais julgamos tirar partido. Assim, a mesma intenção metodológica de não nos limitarmos às expressões conscientes pode levar a atribuir a construções, tais como a análise hierárquica das opiniões, o poder de passar das declarações, por mais superficiais que sejam, para as atitudes que estão na sua

32. Cf. P. Bourdieu, J.-C. Passeron e M. de Saint-Martin, *Rapport pédagogique et communication*, Cahiers du Centre de sociologie européenne, nº 2, Mouton, Paris, Haia, 1965, p. 43-57.

origem, isto é, transmutar magicamente o consciente em inconsciente; ou, por um procedimento idêntico, mas que fracassa por razões inversas, procurar a estrutura inconsciente da mensagem de imprensa por meio de uma análise estrutural que, no melhor dos casos, só consegue redescobrir, com grande dificuldade, algumas verdades primeiras retidas, com toda consciência, pelos produtores da mensagem.

Da mesma forma, o princípio da neutralidade ética, lugar-comum de todas as tradições metodológicas, pode, em sua forma rotineira, incitar paradoxalmente ao erro epistemológico quando, afinal, sua pretensão é evitá-lo. É, realmente, em nome de uma concepção simplista do relativismo cultural que determinados sociólogos da "cultura popular" e dos meios modernos de comunicação podem criar a ilusão de se conformar com a regra de ouro da ciência etnológica ao tratarem todos os comportamentos culturais, desde a canção folclórica até a cantata de Bach, passando por uma canção da moda, como se o valor que os diferentes grupos lhes atribuem não fizesse parte de sua realidade, como se nem sempre fosse necessário relacionar as condutas culturais aos valores a que elas se referem objetivamente para lhes restituir seu sentido propriamente cultural. O sociólogo que decide ignorar as diferenças de valor que os sujeitos sociais estabelecem entre as obras de cultura opera de fato uma transposição ilegítima, por ser incontrolada, do relativismo ao qual se obriga o etnólogo quando considera culturas que fazem parte de sociedades diferentes: as diferentes "culturas" que se encontram na mesma sociedade estratificada estão objetivamente situadas umas em relação às outras porque os diferentes grupos se situam uns em relação aos outros, em particular, quando se referem a elas; pelo contrário, a relação entre culturas que fazem parte de sociedades diferentes pode existir unicamente na e pela comparação operada pelo etnólogo. O relativismo integral e mecanicista leva ao mesmo resultado do etnocentrismo ético: nos dois casos, a relação do observador aos valores daqueles que ele observa (e, por conseguinte, ao valor deles) toma o lugar da relação que estes mantêm objetivamente com seus valores.

* * *

"Qual é o físico, pergunta Bachelard, que aceitaria dispender seus recursos para construir um aparelho destituído de qualquer significação teórica?" Inúmeras pesquisas sociológicas não resistiriam a tal interrogação. A demissão pura e simples diante do dado de uma prática que reduz o elenco de hipóteses a uma série de antecipações fragmentárias e passivas leva às manipulações cegas de uma técnica que engendra automaticamente *artefatos*, construções vergonhosas que são a caricatura do fato construído metó-

dica e conscientemente, isto é, cientificamente. Ao se recusar a ser o sujeito científico de sua sociologia, o sociólogo positivista dedica-se, salvo milagre do inconsciente, a fazer uma sociologia sem objeto científico.

Esquecer que o fato construído segundo procedimentos formalmente irrepreensíveis, mas inconscientes de si mesmos, corre o risco de ser apenas um *artefato*, é admitir, sem qualquer outro exame, a possibilidade de aplicar as técnicas à realidade do objeto ao qual são aplicadas. Será surpreendente que os que professam que só têm existência científica os objetos que possam ser apreendidos ou medidos pelas técnicas disponíveis, sejam levados, em sua prática, a considerar como digno de ser conhecido unicamente o que pode ser medido ou, pior ainda, a conferir existência científica a tudo o que se deixa medir? Os que fazem como se todos os objetos fossem suscetíveis de uma única e mesma técnica, ou indiferentemente de todas as técnicas, esquecem que as diferentes técnicas podem, em certa medida variável e com rendimentos desiguais, contribuir para o conhecimento do objeto, contanto que sua utilização seja controlada por uma reflexão metódica sobre as condições e limites de sua validade que, em cada caso, depende de sua adequação ao objeto, isto é, à teoria do objeto[33]. Além disso, somente essa reflexão pode permitir a reinvenção criadora que exige idealmente a aplicação de uma técnica, "inteligência morta que a inteligência deve ressuscitar", e, *a fortiori*, a invenção e a aplicação de novas técnicas.

2.4. A *analogia* e *a construção das hipóteses*

Para saber construir o objeto e conhecer o objeto que é construído, é necessário ter consciência de que todo objeto propriamente científico é consciente e metodicamente construído, e é necessário conhecer tudo isso para nos interrogarmos sobre as técnicas de construção das perguntas formuladas ao objeto. A metodologia que deixasse de levar em consideração o problema da invenção das hipóteses a serem comprovadas não poderia, como observa Claude Bernard, "dar idéias novas e fecundas aos que não as têm; servirá somente para dirigir as idéias dos que já as têm e desenvolvê-las a fim de tirar delas o melhor resultado possível [...]. O método por si só não gera nada"[34].

---

33. A utilização monomaníaca de uma técnica particular é a mais freqüente e, também, a mais freqüentemente denunciada: "Dêem um martelo a uma criança, diz Kaplan, e hão de ver que tudo lhe parece merecer uma martelada" (*The Conduct of Inquiry*, *op. cit.*, p. 112).

34. C. Bernard, *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*, *op. cit.*, cap. II, § 2.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
BIBLIOTECA CENTRAL

Contra o positivismo que tem tendência a considerar a hipótese unicamente como o produto de uma geração espontânea em meio estéril e que espera ingenuamente que o conhecimento dos fatos ou, no melhor dos casos, a indução a partir dos fatos leve, de forma automática, à formulação das hipóteses, a análise eidética de Husserl, assim como a análise histórica de Koyré, fazem ver, a propósito do procedimento paradigmático de Galileu, que uma hipótese, como a da inércia, só veio a ser conquistada e construída mediante um golpe de estado teórico que, por não ter encontrado qualquer apoio nas sugestões da experiência, só conseguiu sua legitimidade pela coerência do desafio da imaginação lançado aos fatos e às imagens ingênuas ou eruditas dos mesmos[35].

Semelhante exploração dos múltiplos aspectos, que pressupõe um distanciamento decisório em relação aos fatos, permanece exposta às facilidades do intuicionismo, do formalismo ou da pura especulação, ao mesmo tempo que pode escapar, embora ilusoriamente, às exigências da linguagem ou ao controle da ideologia. Como observa R.B. Braithwaite, "um pensamento científico que recorre ao modelo analógico é sempre um pensamento que funciona à maneira do "como se" *(as if thinking)* [...]; assim, a contrapartida do recurso aos modelos é uma vigilância constante"[36]. Ao estabelecer a distinção entre o *tipo ideal* do conceito genérico obtido por indução e a "essência" espiritual ou a cópia impressionista do real, Weber visava somente explicitar as regras de funcionamento e as condições de validade do procedimento que todo pesquisador, por mais positivista que seja, utiliza conscien-

---

35. E. Husserl, "Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendentale Phänomenologie: Eine Einleitung in die phänomenologische Philosophie" (trad. francesa de E. Gerrer, "La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendental", in *Les Études Philosophiques*, nº 2 e nº 4, Paris, 1949). Tão sensível como qualquer outro historiador da ciência à engenhosidade experimental de Galileu, Koyré não hesita, porém, em ver na opinião preconcebida de construir uma física arquimediana o princípio motor da revolução científica iniciada por Galileu. É a teoria, isto é, nesse caso, a intuição teórica do princípio da inércia que precede a experiência e a torna possível, tornando concebíveis as experiências suscetíveis de validar a teoria. Cf. A. Koyré, *Études galiléennes*, III, *Galilée et la loi d'inertie*, Hermann, Paris, 1966, p. 226-227.

36. R.B. Braithwaite, *Scientific Explanation*, Cambridge University Press, Cambridge, 1963, p. 93. Não é um acaso se, nas ciências que, como a econometria, recorrem, há muito tempo, à construção de modelos, a consciência do perigo de "imunização' contra a experiência que é inerente a qualquer procedimento formalista, isto é, simplificador, é mais acentuada do que em sociologia. H. Albert mostrou o "álibi ilimitado" proporcionado pelo hábito de raciocinar *ceteris paribus*: a hipótese torna-se irrefutável desde o momento em que toda observação contrária à hipótese pode ser imputada à variação dos fatores que a hipótese neutraliza partindo do pressuposto de que são constantes (H. Albert, "Modell Platonismus", *in* E. Topitsch [ed.], *Logik der Sozialwissenschaften*, Kiepenheuer und Witsch, Colônia, Berlim, 1966, p. 406-434).

te ou inconscientemente, mas que só pode ser controlado se for utilizado com conhecimento de causa. Por oposição às construções especulativas da filosofia social cujos refinamentos lógicos têm como única finalidade construir um sistema dedutivo bem ordenado e que são irrefutáveis porque não podem ser comprovados, o tipo ideal como "guia para a construção das hipóteses", segundo a expressão de Max Weber, é uma ficção coerente "à qual a situação ou ação é comparada e avaliada", uma construção concebida para se medir em relação ao real, uma *construção próxima* – cuja diferença ela permite medir e reduzir – e não aproximativa. O tipo ideal permite medir a realidade porque se mede em relação a ela e define-se com precisão ao determinar precisamente a diferença que o separa do real [*M. Weber, texto nº 31*].

Com a condição de que sejam retiradas as ambigüidades que Weber deixa subsistir ao identificar o tipo ideal com o modelo, no sentido de caso exemplar ou caso-limite, construído ou constatado, o raciocínio como passagem dos limites constitui uma técnica insubstituível de invenção das hipóteses: o tipo ideal pode referir-se tanto a um caso teoricamente privilegiado em um grupo construído de transformações (basta pensar, por exemplo, no papel que Bouligand leva o triângulo retângulo a desempenhar como suporte privilegiado da demonstração da "pitagoricidade"[37]), quanto do caso paradigmático que pode ser, seja uma pura ficção obtida por passagem dos limites e "acentuação unilateral" das propriedades pertinentes, seja um objeto realmente observável e que apresenta, no mais elevado grau, o maior número das propriedades do objeto construído. Para escapar aos perigos inerentes a tal procedimento, é necesário tratar o tipo ideal, não em si mesmo e por si mesmo – à maneira de uma amostra reveladora que bastaria copiar para conhecer a verdade de todo o conjunto – mas como um elemento de um grupo de transformações, referindo-o a todos os casos da família da qual ele constitui um caso privilegiado. Assim, ao construir por ficção de método o sistema das condutas que colocariam os meios mais racionais a serviço de fins racionalmente calculados, Max Weber consegue um meio privilegiado para compreender a gama das condutas reais que o tipo ideal permite objetivar, ao tornar objetiva sua distância diferencial em relação ao tipo puro. Até mesmo o tipo ideal no sentido de amostra reveladora *(ostensive instance)*, fazendo ver o que é procurado, como observava Bacon, "a nu, sob uma forma engrandecida ou em seu mais elevado grau de potência", pode ser objeto de uma utilização rigorosa: podemos evitar o que foi designado por "paralogismo

37. Cf. G. Bachelard, *Le rationalisme appliqué*, *op. cit.*, p. 91-97.

do exemplo dramático", variante do "paralogismo da francesa ruiva", com a condição de percebermos no caso extremo que é dado à observação o revelador da estrutura do sistema do conjunto dos casos isomorfos[38]; é tal lógica que leva Mauss a privilegiar o *potlatch* como "forma paroxística" da família das trocas do tipo total e agonístico, ou que permite ver no estudante universitário parisiense da seção de letras, de origem burguesa e com inclinação para o diletantismo, um ponto de partida privilegiado para construir o modelo das relações possíveis entre a verdade sociológica da condição estudantil e sua transfiguração ideológica.

A *ars inveniendi* deve, portanto, empenhar-se em fornecer as técnicas de pensamento que permitam conduzir, de forma metódica, o trabalho de *construção das hipóteses, ao mesmo tempo que minimizar, pela consciência* dos perigos que implica tal empreendimento, os riscos que lhe são inerentes. O raciocínio por analogia que é considerado por um grande número de epistemólogos como o primeiro princípio da invenção científica está votado a desempenhar um papel específico na ciência sociológica que tem como especificidade não poder constituir seu objeto a não ser pelo *procedimento comparativo*[39]. Para evitar a consideração ideográfica de casos que não contêm em si mesmos sua razão de ser, o sociólogo deve multiplicar as hipóteses de analogias possíveis até construir a família de casos que justifique o caso considerado. E para construir tais analogias pode com toda a legitimidade servir-se da hipótese de analogias de estrutura entre os fenômenos

---

38. É, assim, que o hospital psiquiátrico é considerado por Goffman que o coloca na série das instituições totais, casernas ou internatos: portanto, o caso privilegiado na série construída pode ser o que, considerado isoladamente, dissimula melhor, por suas funções oficialmente humanitárias, a lógica do sistema dos casos isomorfos (cf. E. Goffman, *Asiles*, Éditions de Minuit, Paris, 1968).

39. Cf., por exemplo, G. Polya, *Induction and Analogy in Mathematics*, Princeton University Press, Princeton (N.J.), 1954, t. I e II. Durkheim já tinha sugerido os princípios de uma reflexão sobre a utilização correta da analogia. "O erro dos sociólogos biólogos não é, portanto, o fato de terem utilizado (a analogia), mas terem feito mau uso dela. Pretenderam, não controlar as leis da sociologia pelas leis da biologia, mas deduzir as primeiras a partir das segundas. Ora, tais inferências não têm qualquer valor; com efeito, se as leis da vida se encontram na sociedade, apresentam-se aí sob novas formas e com características específicas que a analogia não tem possibilidade de prever e só podem ser percebidas pela observação direta. Entretanto, se os sociólogos tivessem começado por determinar, com a ajuda de procedimentos sociológicos, certas condições da organização social, teria sido perfeitamente legítimo examinar, em seguida, se estas não apresentariam semelhanças parciais com as condições da organização animal, tais como são determinadas pelo biólogo. Podemos até prever que não será inútil colocar em evidência as características comuns que toda organização deve ter" (É. Durkheim, "Représentations individuelles et Représentations collectives", in *Revue de Métaphysique et de Morale*, t. VI, maio de 1898, reproduzido in *Sociologie et Philosophie*, Paris, F. Alcan, 1924; 3ª ed., P.U.F., Paris, 1963) [N.T.: Cf. É. Durkheim, "Representações individuais e representações coletivas", in *Sociologia e filosofia*, *op. cit.*, p. 13].

sociais e fenômenos já formalizados por outras ciências, a começar pelas mais próximas – lingüística, etnologia – ou, até mesmo, biologia. "É sempre interessante, observa Durkheim, pesquisar se uma lei, estabelecida para determinada natureza de fatos, pode ser aplicada alhures, *mutatis mutandis*; tal semelhança pode até mesmo servir para confirmá-la e compreender melhor seu alcance. Em suma, a analogia é uma forma legítima da comparação – aliás, o único meio prático à nossa disposição para tornar as coisas inteligíveis"[40]. Em poucas palavras, a comparação orientada pela hipótese de analogias constitui não só o instrumento privilegiado do corte com os dados pré-construídos, que pretendem com insistência ser tratados em si mesmos e por si próprios, mas também o princípio da construção hipotética de relações entre as relações.

2.5. *Modelo e teoria*

É somente com a condição de refutar a definição dada pelos positivistas, usuários privilegiados da noção, ao modelo que podemos conferir-lhe as propriedades e funções comumente reconhecidas à teoria[41]. Sem dúvida, temos o direito de designar por modelo todo sistema de relações entre propriedades selecionadas, abstratas e simplificadas, construído conscientemente com a finalidade de descrição, explicação ou previsão e, por conseguinte, plenamente controlável; mas com a condição de não empregarmos sinônimos desse termo para dar a entender que, nesse caso, o modelo possa ser algo diferente de uma cópia que faz pleonasmo com o real e que, ao ser obtida por simples procedimento de ajustamento e extrapolação, não leva de modo algum ao princípio da realidade que imita. Duhem criticava os "modelos mecânicos" de Lord Kelvin por se limitarem a manter com os fatos uma semelhança superficial. Simples "procedimentos de exposição" que falam apenas à imaginação, tais ferramentas não podem servir de guia para a invenção porque, no melhor dos casos, não passam da formalização de um saber prévio e tendem a impor sua lógica própria, evitando, por conseguinte, a busca da lógica objetiva que tem de ser construída para justificar, teoricamente, o que eles se limitam a representar[42]. Certas formulações eruditas das

---

40. É. Durkheim, *ibid.*

41. No conjunto desse parágrafo, o termo teoria será considerado no sentido de teoria parcial do social (cf. supra, § 1.7, p. 42-44).

42. Entre os modelos incontrolados que criam obstáculo à apreensão das analogias profundas, é necessário também contar com os que são veiculados pelas metáforas da linguagem, inclusive as que já estão fora de uso (cf. *supra*, § 1.4, p. 32-36).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO P
BIBLIOTECA CENTRAL

prenoções do senso comum lembram os autômatos construídos por Vaucanson e Cat que, por falta de conhecimento dos princípios reais de funcionamento, recorriam a mecanismos baseados em outros princípios para produzirem uma simples reprodução das propriedades mais fenomenais: como observa Georges Canguilhem, a utilização dos modelos só se revelou fecunda em biologia no momento em que os modelos mecânicos, concebidos segundo a lógica da produção e transmissão da energia, foram substituídos por modelos cibernéticos baseados na transmissão da informação e, dessa forma, identificados com a lógica do funcionamento dos circuitos nervosos[43]. Não é um acaso se a indiferença em relação aos princípios leva forçosamente a um operacionalismo que limita suas ambições a "salvar as aparências", correndo o risco de propor um número de modelos igual ao número de fenômenos ou multiplicar para o mesmo fenômeno um certo número de modelos que nem chegam a ser contraditórios porque, produtos de uma bricolagem erudita, são igualmente desprovidos de princípios. A pesquisa aplicada pode, sem dúvida, contentar-se com tais "verdades a 40%", segundo a expressão de Boas, mas os que confundem uma restituição aproximativa (e não próxima) do fenômeno com a teoria dos fenômenos correm o risco de falências inelutáveis e, no entanto, inexplicáveis, enquanto permanecer inexplicado um poder explicativo de encontro.

Partindo da confusão entre a simples *semelhança* e a *analogia*, relação entre relações que deve ser conquistada contra as aparências e construída por um verdadeiro trabalho de abstração e por meio da comparação conscientemente operada, os *modelos miméticos*, que se limitam a apreender as semelhanças exteriores, opõem-se aos *modelos analógicos* que visam reapreender os princípios ocultos das realidades que interpretam. "Raciocinar por analogia é, diz a *Académie*, formar um raciocínio baseado nas semelhanças ou relações de uma coisa com outra", ou melhor, corrige Cournot, "baseado nas relações ou semelhanças enquanto estas indicam as relações. Com efeito, no juízo analógico, a teoria abstrata incide unicamente sobre a razão das semelhanças: estas não têm qualquer valor desde que não indiquem relações na natureza dos fatos em que a analogia se aplica"[44].

---

43. G. Canguilhem, "Analogies and Models in Biological Discovery", in *Scientific Change, Historical Studies in the Intellectual, Social and Technical Conditions for Scientific Discovery and Technical Invention, from Antiquity to the Present*, Symposium on the History of Science, Heinemann, Londres, 1963, p. 507-520.

44. A. Cournot, *Essai sur les fondements de nos connaissances et sur les caractères de la critique philosophique*, Hachette, Paris, 1912, p. 68.

Os diferentes procedimentos de construção das hipóteses podem encontrar um acréscimo de eficácia no recurso à formalização que, além da função clarificadora de uma rigorosa estenografia dos conceitos e da função crítica de uma prova lógica do rigor das definições e da coerência do sistema das proposições, pode também desempenhar, sob certas condições, uma função heurística ao permitir a exploração sistemática do possível e a construção controlada de um elenco sistemático de hipóteses como esquema completo das experiências possíveis. No entanto, se a eficácia – simultaneamente, mecânica e metódica – dos símbolos e dos operadores da lógica ou da matemática, "instrumentos comparatistas por excelência", segundo a expressão de Marc Barbut, permite levar a seu termo a variação imaginária, nesse caso, o raciocínio analógico pode também desempenhar, até mesmo na falta de qualquer requinte formal, sua função de instrumento de descoberta, embora de forma mais laboriosa e com menos segurança. Em sua utilização mais corrente, o modelo fornece o substituto de uma experimentação, muitas vezes, impossível nos fatos e dá o meio de confrontar com a realidade as conseqüências que tal experiência mental permite colocar em evidência de forma completa, por ser fictícia: "Na esteira de Rousseau, e sob uma forma decisiva, Marx ensinou, observa Claude Lévi-Strauss, que a ciência social já não se constrói no plano dos acontecimentos como também a física deixou de se construir a partir dos dados da sensibilidade: o objetivo é construir um modelo, estudar suas propriedades e suas diferentes maneiras de reagir no laboratório para aplicar, em seguida, tais observações à interpretação do que se passa empiricamente"[45].

O valor explicativo dos modelos resulta dos princípios de sua construção e não de seu grau de formalização. Com certeza, como tem sido mostrado freqüentemente, de Leibniz a Russel, o recurso às "evidências cegas" dos símbolos constitui uma excelente proteção contra as evidências ofuscantes da intuição: "O simbolismo é útil, indiscutivelmente, porque torna as coisas difíceis. Pretendemos saber "o quê pode ser deduzido do quê". Ora, no começo, tudo é evidente por si; e é muito difícil ver se uma proposição evidente resulta de uma outra ou não. A evidência é sempre a inimiga do rigor. Assim, inventamos um simbolismo difícil de tal modo que nada mais parece evidente. Em seguida, inventamos regras para operar sobre os símbo-

45. C. Lévi-Strauss, *Tristes Tropiques*, Plon, Paris, 1956, p. 49.

los e tudo se torna mecânico"[46]. No entanto, os matemáticos tinham menos razões do que os sociólogos ao lembrarem que, em vez de condená-las, a formalização pode consagrar as evidências do senso comum. Pode-se, dizia Leibniz, dar forma de equação à curva que passa por todos os pontos de um rosto. O objeto percebido não se torna um objeto construído com um simples golpe de varinha matemática: ainda pior, na medida em que simboliza a ruptura com as aparências, o simbolismo dá ao objeto pré-construído uma respeitabilidade usurpada que o coloca a salvo da crítica teórica. Se é necessário estarmos prevenidos contra os falsos prestígios e os falsos prodígios da formalização sem controle epistemológico, é porque, ao dar as aparências da abstração a proposições que podem ser extraídas, às cegas, da sociologia espontânea ou da ideologia, ela corre o risco de sugerir que é possível evitar o trabalho de abstração, o único capaz de destruir as semelhanças aparentes para construir as analogias ocultas.

A apreensão das homologias estruturais nem sempre tem necessidade de recorrer ao formalismo para encontrar seus fundamentos e dar prova de seu rigor. Basta acompanharmos a tentativa de Panofsky que o leva a comparar a *Suma* de Tomás de Aquino com a catedral gótica para percebermos as condições que tornam possível, legítima e fecunda tal operação: para ter acesso à analogia oculta, escapando ao mesmo tempo à curiosa mistura de dogmatismo e empirismo, misticismo e positivismo, que caracteriza o intuicionismo, é necessário renunciarmos a encontrar nos dados da intuição sensível o princípio capaz de unificá-los realmente e submeter as realidades comparadas a um tratamento que as torne identicamente disponíveis para a comparação. A analogia não se estabelece entre a *Suma* e a *Catedral* consideradas, se é que podemos falar assim, segundo seu valor facial, mas entre dois sistemas de relações inteligíveis, não entre "coisas" que se confiariam à percepção ingênua, mas entre objetos conquistados contra as aparências imediatas e construídos por uma elaboração metódica [*E. Panofsky, texto nº 32*].

Assim, é pelo poder de ruptura e pelo poder de generalização, sendo que os dois são inseparáveis, que o *modelo teórico* é reconhecido: como depuração formal das relações entre as relações que definem os objetos construídos, ele pode ser transposto para ordens de realidade, do ponto de vista fenomenal, muito diferentes e sugerir por analogia novas analogias, princípios de

---

46. B. Russel, *Mysticism and Logic, and Other Essays*, Doubleday, Anchor Books, Nova York, 1957, p. 73 (1st publ., *Philosophical Essays*, George Allen & Unwin, Londres, 1910, 2nd ed., *Mysticism and Logic*, 1917).

novas construções de objetos [*P. Duhem, texto nº 33*; *N. Campbell, texto nº 34*]. Da mesma forma que o matemático pode encontrar na definição da reta como curva de curvatura nula o princípio de uma teoria geral das curvas, sendo que a linha curva é melhor generalizador do que a reta, assim também a construção de um modelo permite tratar diferentes formas sociais como outras tantas realizações de um mesmo grupo de transformações e, por conseguinte, fazer surgir propriedades ocultas que só se revelam quando cada uma das realizações é colocada em relação com todas as outras, isto é, por referência ao sistema completo das relações pelo qual se exprime o princípio da afinidade estrutural das mesmas[47]. É esse procedimento que confere fecundidade, isto é, poder de generalização, às comparações entre sociedades diferentes ou entre subsistemas da mesma sociedade, por oposição aos simples paralelismos suscitados pela semelhança dos conteúdos. Na medida em que essas "metáforas científicas" levam aos princípios das homologias estruturais que se encontram submersas nas diferenças fenomenais, elas são, como se diz, "teorias em miniatura" já que, ao formularem os princípios geradores e unificadores de um sistema de relações, dão plena satisfação às exigências do rigor na ordem da prova e da fecundidade na ordem da invenção, aliás, características que definem uma construção teórica: como gramáticas generativas de esquemas transponíveis, fornecem o princípio de indagações e questionamentos indefinidamente renováveis; como realizações sistemáticas de um sistema de relações verificadas ou a serem verificadas, obrigam a proceder a uma verificação que, por si mesma, só pode ser sistemática; como produtos conscientes de um distanciamento em relação à realidade, voltam sempre à realidade e permitem medir em relação com essa realidade as propriedades que, em virtude unicamente de sua irrealidade, acabam sendo colocadas em completa evidência, por dedução[48].

---

47. É o mesmo procedimento, que consiste em conceber o caso particular e, até mesmo, o conjunto dos casos reais como casos particulares de um sistema ideal dos compossíveis lógicos, que pode levar – nas operações mais concretas da prática sociológica, como a interpretação de uma relação estatística – a inverter a significação da noção de significatividade estatística: da mesma forma que a matemática chegou a considerar a ausência de propriedades como uma propriedade, assim também a ausência de relação estatística entre duas variáveis pode ser altamente significativa se considerarmos essa relação no interior do sistema completo das relações de que ela faz parte.

48. Nas ciências sociais, seria indispensável empreender uma verdadeira educação do espírito científico para que, em seus relatórios de pesquisa, por exemplo, os sociólogos abandonem cada vez mais o procedimento indutivo que, no melhor dos casos, se limita a apresentar um balanço recapitulativo (cf. *infra*, § 3.2., p. 80) para reorganizarem em função de um princípio unificador (ou vários), a fim de justificá-lo sistematicamente, o conjunto das relações empiricamente constatadas, isto é, para obedecerem em sua prática à exigência teórica, nem que fosse no plano de uma problemática regional.